

EFETIVIDADE SOCIAL DO PNAE NA ESCOLA RURAL DE ARARAQUARA SOB O OLHAR DA SEGURANÇA ALIMENTAR.

Tânia Mara Colle Flores¹

Luiz Manoel Moraes de Camargo Almeida²

Introdução

O trabalho apresentado é uma incursão pelos caminhos do PNAE e busca mostrar a efetividade social e entraves do programa através de métodos perceptivos e da construção de indicadores que abarcam variáveis da temática segurança alimentar em seus 05 eixos:

- 1) *Eixo da Noção de saúde*: relativo à composição nutricional dos alimentos nas dimensões dietéticas e farmacêuticas no que tange seu conteúdo protéico, de fibras e colesterol;
- 2) *Eixo de Higiene e Seguridade dos alimentos*: os alimentos oferecidos e dispostos à população envolvida não devem ser providos de toxinas ou nocivos à saúde;
- 3) *Eixo Ecológico ou orgânico*: refere-se à produção de alimentos sem riscos tóxicos e o respeito ao meio ambiente, considerando a qualidade e a maneira como estes alimentos são produzidos.
- 4) *Eixo da Autenticidade*: pertinente aos valores naturais e tradicionais da produção dos alimentos, a origem dos produtos e processos produtivos agrícolas e agroindustriais; e,
- 5) *Eixo da Solidariedade*: quando os valores morais e ideológicos incentivam a população a participarem humanitariamente no processo de consumo e compra dos produtos social e ecologicamente corretos³, mesmo com valores acima dos produtos cultivados em grande escala. (PAULILLO e PESSANHA, 2009).

¹ Mestre – Uniara – colletania@live.com

² Doutor – Universidade Federal de Goiás e Uniara – manael77@yahoo.com.br

³ Produção agrícola de assentamentos rurais, pequenas propriedades e sem utilização de mão de obra infantil.

Nesse sentido o objetivo central da pesquisa é avaliar a efetividade social do Programa Nacional de Alimentação Escolar dos alunos do ensino fundamental da Escola de Campo localizada no Assentamento Bela Vista do Chibarro em Araraquara SP.

Ao problematizar o estudo indagamos se os mecanismos institucionais do PNAE têm participação fundamental na segurança alimentar dos seus beneficiários, principalmente na escola rural. Tal questionamento reforça o objetivo da pesquisa sob a hipótese de que, o alimento oferecido pelo PNAE promove uma efetividade pífia aos alunos quando não se considera diferenciações locais, sociais e econômicas das famílias dos beneficiários.

Para melhor entendimento do objetivo central consideramos alguns objetivos específicos, como:

- ✓ Apresentar o modelo de gestão do PNAE no município, entraves e eficácias e suas disfunções entre a escola de campo e uma escola urbana;
- ✓ Investigar os níveis de (In)Segurança Alimentar das famílias dos alunos e cruzar com variáveis sócio-econômicas e alimentar;
- ✓ Levantar o nível de aceitabilidade da merenda escolar pelos alunos do ensino fundamental da escola de campo e de outra escola urbana com a finalidade de fazer uma análise comparativa para apresentar diferenças na efetividade da dinâmica do programa da merenda escolar em universos distintos.

Portanto, a avaliação da efetividade do PNAE em Araraquara tem o propósito de oferecer subsídios à reflexão crítica da ação e possibilitar o acesso a informações que permitam diagnósticos na reformulação e planejamento do programa numa didática para conhecimento do PNAE aos seus beneficiários, considerando a lacuna que existe sobre estudos relacionados à efetividade da merenda escolar no município.

Para a investigação e análise de dados, a pesquisa pautou-se em questionários semi-estruturados aplicados aos beneficiários para verificação da aceitabilidade da merenda e aos pais para obtenção de dados sócio-econômicos das famílias. Visitas às escolas, participação dos horários da merenda, entrevistas abertas os Secretários de Agricultura e Educação, bem como Gerentes de Nutrição e Abastecimento municipais; diários de campo elaborados a partir de conversas informais com pessoas envolvidas na merenda (merendeiras, alunos, professores, gerências

pertinentes) bem como dados coletados em outras pesquisas e fontes institucionais do PNAE e SA subsidiaram e permitiram a coleta dos dados necessários para o resultado do trabalho no período da pesquisa.

Viés institucional das políticas de SA

A incessante busca do entendimento dos trilhos e de avaliação da efetividade⁴ de políticas públicas que se desenvolvem nas mais diversas áreas sociais são fatores norteadores desta pesquisa que tem como objeto o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ao analisar a Segurança Alimentar (SAN) dos alunos da escola rural do município de Araraquara-SP baseado nos valores dos 05 eixos de SAN: noção de saúde; higiene e seguridade dos alimentos; ecológico e orgânico; autenticidade e; solidariedade (PAULILLO e PESSANHA, 2009).

Tal importância dá-se porque o desenho e a implantação de programas de desenvolvimento local nos últimos dez anos nos países da América Latina e Caribe consideram a segurança alimentar como eixo condutor das ações governamentais. Assim, organizar redes de segurança alimentar tornou-se uma prioridade pelos governos dessa região. Embora muitos técnicos afirmem ser difícil conciliar os objetivos de desenvolvimento territorial (que têm como características a implantação de ações estruturantes de médio e longo prazo) e de ações emergenciais no combate à fome e a desnutrição, essas duas políticas tendem a se aproximar cada vez mais. De um lado, a segurança alimentar de uma população deve considerar a sustentabilidade por meio de projetos que apontem portas de saída e, ao mesmo tempo, indique elementos em termos de organização que possam ser incorporados e reproduzidos por outros grupos em situação de risco. De outro, diante da interpenetração das realidades urbana e rural, as ações desencadeadas impactam as ocupações e rendas de todos, seja no campo ou na cidade. Alguns exemplos são: a criação de novas formas de geração de renda no campo, a articulação de programas de compra de alimentos para escolas para viabilizar a agricultura familiar, o desenvolvimento de atividades de redução de danos ambientais, etc. (ALMEIDA, 2009 e PAULILLO, 2010).

⁴ O termo efetividade vem do verbo latino "*efficere*", que significa realizar, cumprir, concretizar. Este termo veio como uma resposta à superação conceitual após a II Guerra Mundial dos termos eficiência e eficácia. Efetividade, segundo Sander (1982, apud BITTENCOURT, 2007, p. 49) "é um critério de desempenho que mede a capacidade de produzir a solução ou resposta desejada pelos participantes da comunidade".

O PNAE nasceu há 50 anos no Brasil com a finalidade de criar mecanismos de atendimento à população carente e com o intuito de que esta fatia populacional tivesse a “sensação” de proteção do Estado num pós-guerra, na tentativa de recuperar uma sociedade estagnada pela desnutrição e falta de instrução. No decorrer de seu caminho, o PNAE⁵ em sintonia com o Estado, transformou-se numa garantia do direito à alimentação escolar e um importantíssimo fator de qualidade da escola pública.

O Programa Merenda Escolar, como é mais conhecido, tem como principal objetivo oferecer alimentação aos alunos da rede pública de ensino, nos 200 dias letivos por ano, de forma universalizada, com o compromisso de suprir, no mínimo, 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos beneficiários; melhorar a capacidade de aprendizagem; evitar a evasão escolar bem como promover um maior engajamento destes alunos numa educação alimentar mais saudável, que seja adequada aos costumes da região e promotora de segurança alimentar, escora conquistada por meio da soberania alimentar⁶.

“Esta política social, tratada como focada, compensatória, distributiva e assistencial, está relacionada intimamente com a efetivação do direito à educação e do direito à alimentação adequada”. (BITTENCOURT, 2007, p.16). O direito à educação é um direito reconhecido e consta na legislação brasileira como tendo preocupação maior com a garantia do desenvolvimento e formação de cidadãos, enquanto que o direito à alimentação adequada está ligado à vida, à existência do cidadão e é um direito natural que não consta na legislação, mas é assegurado pela Lei 11.346/2006 de Segurança Alimentar, que reza:

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. (CONSEA⁷, 2006, p. 5).

⁵ O dispositivo legal que fundamenta o programa está na Constituição Federal (CF) de 1988, artigo 208, inciso VII, onde se afirma o caráter suplementar do Programa no dever da União, dos estados, municípios e Distrito Federal, “o atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”, o que garante o princípio de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (art. 206, I, CF/1988).

⁶ Soberania Alimentar: Cada país tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda população (CONSEA, 2006).

⁷ Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

A Segurança Alimentar em Araraquara SP

O município de Araraquara foi um dos pioneiros no lançamento de políticas locais de Segurança Alimentar onde buscou envolver produtores rurais da região e, por meio do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), dinamizar iniciativas sob o olhar do desenvolvimento regional, formando uma rede de políticas de Segurança Alimentar de forte coesão.

Especificamente em Araraquara, o conjunto de políticas de SAN que interagem e se complementam, forma uma rede de conexões primárias e secundárias. A proposta de gestão centralizada dos programas permite uma maior dinâmica em relação aos produtos recebidos pelo PAA e o destino dos mesmos. Os produtos do PAA são destinados ao Banco de Alimentos e posteriormente às entidades e escolas municipais. Alguns produtos recebem um pré-processamento ou preparo final nos programas da Gerência de Abastecimento antes de serem enviados às unidades executoras (UEX). Também há o Programa Direto do Campo e outras iniciativas da rede primária que promovem resultados significativos de inclusão social e desenvolvimento regional.

Os principais atores dessa rede são o diretor geral de coordenação, os gerentes coordenadores dos programas, as secretarias municipais, os professores e funcionários da rede de ensino, os alunos, os produtores familiares e o conjunto de beneficiários e funcionários dos programas, como mostra a Figura 01.

As relações estruturais da rede, as regras estabelecidas para o funcionamento do programa e a centralização das decisões pela prefeitura municipal foram as mais relevantes iniciativas desde o começo do processo de inserção de produtos provenientes da agricultura familiar nos programas de Segurança Alimentar via PAA do governo Federal. Conseqüentemente a agilidade nas decisões entre atores públicos e privados foi fator fundamental à funcionalidade no contorno dos problemas de enquadramento dos produtores às condições de fornecimento dos alimentos aos programas municipais de SAN, possibilitando dependência de entrega dos alimentos e o pagamento regular garantido pelo governo federal, fatores que impediam tal regularidade (ALMEIDA et al, 2010).

Com a responsabilidade da prefeitura municipal por toda a dinâmica dos programas de SAN, a qual detém o papel de ator-coordenador da rede, foi formada uma equipe específica para gerir estes programas de caráter multidisciplinar. Foram criados cargos de gerência para cada uma das áreas e de gestores para cada programa

específico, mas sempre ocorrendo um diálogo e cooperação entre os membros da equipe. As informações eram distribuídas entre os participantes através de reuniões periódicas, e a intensidade dos contatos também contribuiu para a constituição e os interesses comuns da rede. O fornecimento regular dos produtos nas escolas e demais UEx, o pagamento em dia e as facilitações nas negociações com os produtores locais foram fatores positivos ao fortalecimento do programa.

CENTRALIZAÇÃO DAS DECISÕES PELA PREFEITURA MUNICIPAL

DE ARARAQUARA SP

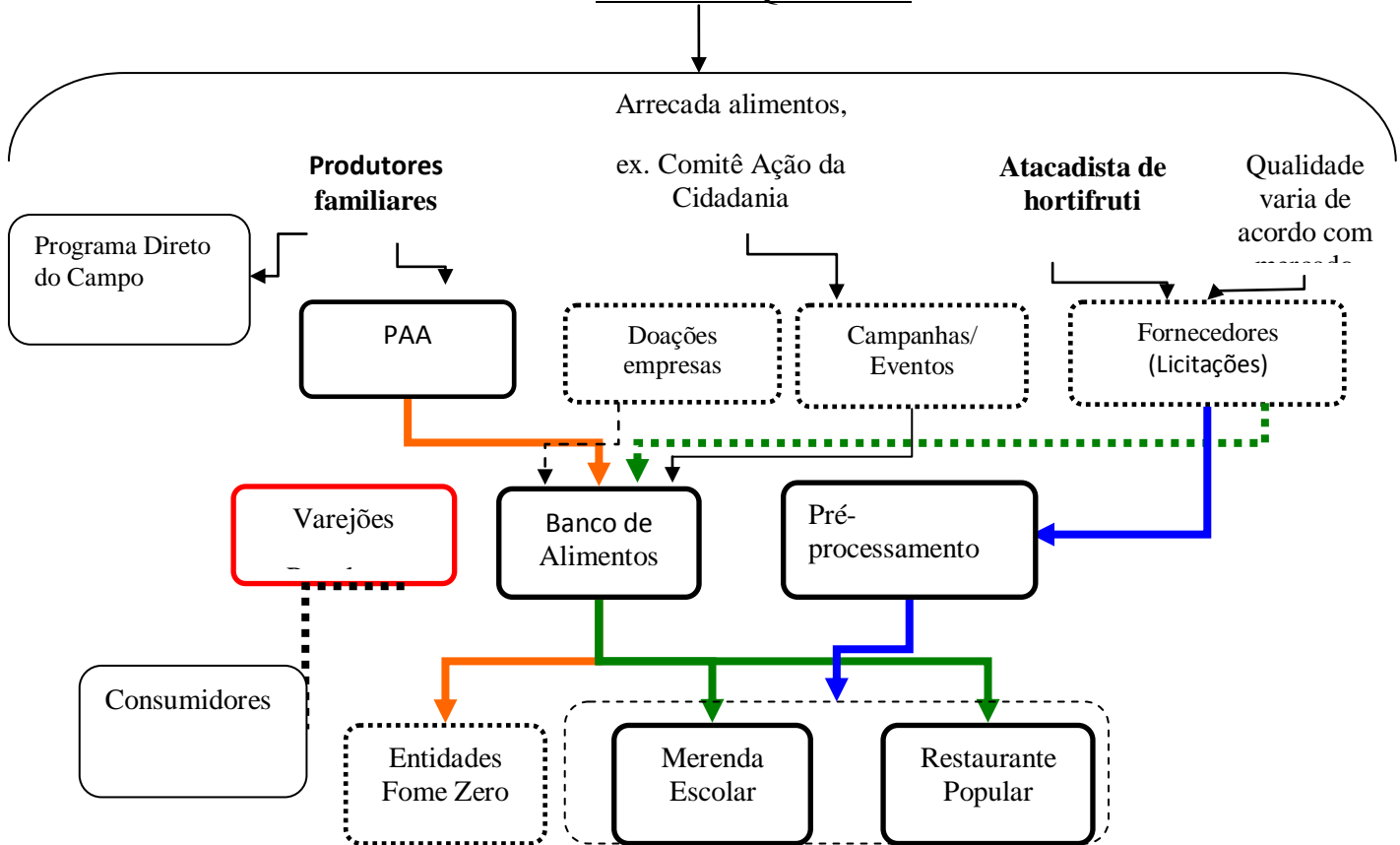


Figura 01 - Rede Política de Segurança Alimentar no Município de Araraquara SP

Fonte: ALMEIDA (2009).

Em 2007, como forma de contemplar a agricultura familiar de assentamentos e pequenos produtores rurais na agenda municipal, a prefeitura desenvolveu parcerias com o governo federal com o objetivo de efetuar a venda direta dos produtores aos consumidores locais, através de programas como Direto do Campo, feiras e PAA e ainda a integração das produções de alimentos da agricultura familiar em projetos de

mercado institucional, como a alimentação escolar, restaurante popular e o banco de alimentos.

Desde o início da formação da rede desenvolveu-se o processo de transferência de conhecimento e informação entre os atores prefeitura municipal, equipe da Secretaria da Agricultura, SEBRAE, produtores rurais, professores e diretores de escolas. Estas informações foram desde questões práticas como formação de preços vigentes no mercado e questões burocráticas como a formulação de planilhas de custos de mercadorias, às capacitações de busca de mercados institucionais, vendas, produção agroecológica e outros (ALMEIDA, 2010).

A frequência das transações e informações mercadológicas, a formação de mercados institucionais, o investimento em treinamento e assessoramento aos produtores e apoio na constituição de associações reforçou a credibilidade do programa e legitimou a rede. Os produtores se engajaram no fornecimento de produtos, buscando a qualidade e procurando respeitar a frequência da entrega dentro do planejamento da prefeitura. Esse movimento de cooperação na rede gerou fortes elementos de reciprocidade entre seus atores.

Porém, alguns pontos fracos foram detectados devidos a não utilização total das cotas anuais dos produtores e a centralização das entregas dos produtos em apenas uma parte do ano. Também faltou um maior planejamento da produção por parte dos produtores e cadastramento destes com diversificada produção por parte do órgão gestor, fatores que não foram amenizados pela assistência técnica da rede e pela busca de novos mercados.

Até o ano de 2008, os programas de Segurança Alimentar e Nutricional (PAA, Banco de Alimentos, **Merenda Escolar -PNAE** e Direto do Campo) no município de Araraquara, eram centralizados e geridos pela Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar e considerados como origem de modelo de desenvolvimento alternativo às economias regionais, capaz de promover padrões de segurança alimentar e responsabilidade social do município.

Em 2009, com a entrada em vigor da modalidade PAA Alimentação Escolar e a Lei 11947, que exige dos municípios uma compra mínima de 30% dos alimentos destinados à merenda escolar dos pequenos produtores, maior espaço se abriu e a participação desses na aquisição de alimentos para o mercado institucional do município teve um sutil aumento.

Este sistema de gestão representava limites e entraves como a falta de regularidade e dependência por parte dos agricultores na entrega de alimentos, condições logísticas e burocráticas dos agricultores familiares e falta de organização em associações ou cooperativas, morosidade dos pregões, atraso de pagamentos bem como restrição de recursos federais fundamentais aos programas envolvidos (Banco de Alimentos, **Merenda Escolar - PNAE** e Restaurante Popular).

A rede era coordenada pela Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar (vinculada à Secretaria de Desenvolvimento) e constituída por um diretor geral, gerentes coordenadores dos programas, secretarias municipais, professores e funcionários da rede de ensino, alunos, produtores familiares, funcionários dos programas e beneficiários. (GOMES e ALMEIDA, 2011, p.10).

A partir de 2009, já numa nova administração municipal, a então Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar é transformada em Secretaria de Agricultura, órgão mais independente capaz de promover também a diminuição na burocracia, agilizando a execução dos programas. Com este desmembramento, o novo desenho da gestão dos programas de SAN se dá em três níveis:

- ✓ Secretaria da Agricultura, Coordenadoria de Segurança Alimentar, Agricultura e Agroindústria e Gerências, conforme estrutura ilustrada na Figura 02:

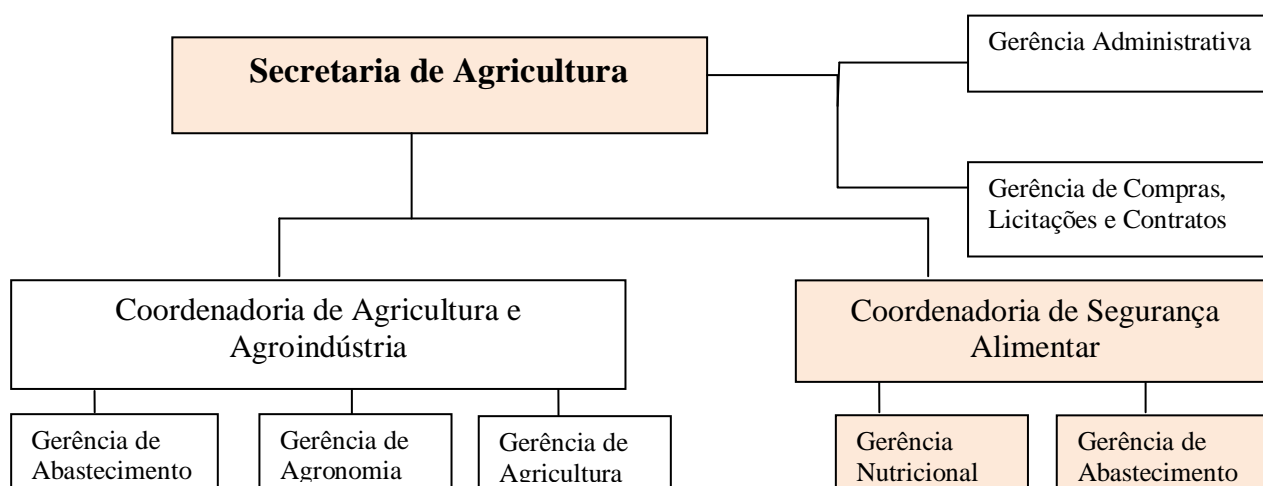


Figura 02: Desenho da atual gestão de programas de SAN

Fonte: GOMES e ALMEIDA, (2011)

Os Programas relacionados às Políticas de Segurança Alimentar de Araraquara têm continuidade nas gestões municipais e sofrem, a cada novo mandato ou mudança de governo, mudanças pertinentes a fatores internos ou externos, como novas

institucionalidades, injeções federais de recursos, alterações de valores, descentralização, o Conselho da Alimentação Escolar (CAE), dentre outros.

Mesmo com a vigoração da Lei 11947/09, a qual impõe que a compra de, no mínimo, 30% dos alimentos destinados à merenda escolar, sejam oriundos da agricultura familiar, remanescentes de quilombos ou assentamentos, poucos alimentos são adquiridos destas origens. Entraves legais e organizacionais como a falta de cooperativa e o registro destes produtores como trabalhadores e produtores rurais, impedem que órgãos públicos executem esta lei, em virtude da burocracia obrigatória para tal realização.

O Programa da Merenda Escolar (PNAE) em Araraquara SP: dinâmica, eficácias e entraves

Dos 645 municípios do Estado de São Paulo, apenas 27 possuem uma gestão centralizada, onde também as escolas estaduais têm sua merenda administrada pelo município, a partir do repasse do estado. No município de Araraquara, a alimentação escolar faz parte do conjunto de políticas de SAN que interagem e se complementam.

O FNDE repassa os valores totais (extraídos do cadastramento anual dos alunos inseridos nas escolas públicas) à Secretaria da Agricultura que transfere à Coordenadoria de Segurança Alimentar com o objetivo de adquirir alimentos destinados à merenda escolar para escolas públicas (municipais e estaduais).

Até o ano de 2009, 33.169 alunos da rede pública de ensino eram atendidos e beneficiados pelo PNAE no município. Atualmente, são atendidos 38.778 alunos distribuídos entre 37 CER (Centro Educacional e Recreativo), 13 EMEF (Escola de Ensino Fundamental Municipal), 05 CEC (Centro de Educação Complementar) e 32 Entidades Filantrópicas.

A Gerência de Abastecimento do Município de Araraquara tem a responsabilidade administrativa da dinâmica dos alimentos que compõem a merenda escolar, que vai desde a escolha das empresas fornecedoras dos alimentos (as empresas são escolhidas por pregão⁸ através de uma empresa administradora terceirizada) e a administração orçamentária para este fim, até a entrega destes alimentos às Unidades

⁸ Pregão: é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço. Também é conhecido como Leilão Reverso ou Holandês. É regido pela Lei Federal 10520/2002 (MPF, 2011).

Executoras (UEx – escolas estaduais e municipais e creches) mediante pedidos feitos antecipadamente. Algumas vezes ocorre excedência no orçamento devido gastos não previstos no setor ou necessidade de maior compra de alimentos por um aumento de ingestão ou outro fator, porém, esta verba é completada pela administração municipal mediante documentos comprobatórios desta necessidade. A complementação esporádica do orçamento do PNAE é um ponto positivo na administração municipal considerando que as UEx não têm comprometimento na quantidade e qualidade dos alimentos por este fator. Em contrapartida, a disponibilidade de orçamento extra, pode facilitar movimentações ilícitas dos valores destinados ao setor da merenda.

A entrega dos alimentos é feita no sistema ponto-a-ponto, onde os alimentos partem da empresa distribuidora, passam pela coordenadoria de SAN para vistoria e análise dos alimentos pelas técnicas em nutrição (fiscalização da qualidade dos produtos - se condiz com o que foi acordado em contrato, higiene e embalagem, etc) e seguem diretamente para as UEx onde são entregues, conforme pedido feito anteriormente, e conferidos pelas merendeiras responsáveis de cada escola ou entidade, as segundas e terças feiras da semana. Esta fiscalização corrobora o eixo de SAN que prima pela higiene e embalagem dos alimentos, quesitos pré-estabelecidos em contrato e possíveis de visualização na entrega dos alimentos, mas, não assegura que a produção e manuseio dos alimentos correspondam com os demais eixos que primam pela sustentabilidade, onde agrotóxicos, transgenia e valores sociais não podem ser detectados em baú de caminhão.

A partir de 2012, o novo pregão tem a exigência de que a entrega dos alimentos destinados à merenda escolar seja feita, obrigatoriamente, às segundas-feiras, sendo necessário que a empresa entregadora tenha uma reavaliação de logística e frota para que possa cumprir esta exigência.

Os recursos enviados pelo Fundo permaneceram no percentual dos 30%, sendo a prefeitura a maior financiadora da alimentação escolar. Porém, o valor per capita da refeição diária teve um decréscimo, passando de R\$ 1,20 ao custo de R\$ 0,56/dia por aluno, totalizando R\$ 21.715,68/dia, totalizando R\$ 4.343.136,00/ano considerados os 200 dias letivos pelo FNDE, segundo legislação (este decréscimo deu-se em função do uso de pregões eletrônicos, segundo informações da Gerência de Abastecimento). O valor restante do orçamento mensal do PNAE no município, ou seja, R\$ 4.056.864,00 (num total de R\$ 8.400.000,00), são gastos com salários, materiais, veículos e

manutenção da Coordenadoria de Segurança Alimentar e suas gerências, retratando gastos médios mensais de R\$ 338.072,00.

Para a Gerência de Nutrição cabe a elaboração dos cardápios⁹ e cronogramas (conforme exemplos dos Anexos VI a XII), enviados às escolas, obedecendo às equivalências nutricionais pré-estabelecidas pelo FNDE, conforme Tabelas do Anexo V, as quais devem suprir, no mínimo, 15% das necessidades nutricionais diárias. Também a fiscalização da execução da merenda nas UEx, suas condições de higiene, armazenamento, fidelidade aos cardápios, estudos de introdução ou exclusão de alimentos na merenda e adequação a normas vigentes ou alterações são de responsabilidade da Gerência de Nutrição.

A Gerência de Nutrição é composta por 03 Nutricionistas exclusivas para atender ao programa e 02 técnicas, as quais fazem o trabalho itinerante diário de fiscalização nas UEx.; número extremamente baixo de profissionais destinados para este fim considerando que o PNAE atende 79 entidades no município.

O município de Araraquara não possui sistema de terceirização de elaboração e entrega de Merenda Escolar pronta. Cada UEx elabora diariamente (com obrigação de respeito aos cardápios), e no horário da merenda, o alimento enviado pela Gerência de Nutrição.

Até o ano de 2010, as escolas estaduais no município recebiam esporadicamente do Governo Estadual, alimentos pré-prontos como: enlatados de almôndegas, hamburgers, feijão e outros pacotes de desidratados para preparo de arroz-doce, canjica e leite. Atualmente isto não mais procede, cada escola estadual recebe semanalmente os alimentos perecíveis e mensalmente os secos, ou não perecíveis, seguindo seus pedidos enviados previamente à Gerência de Abastecimento. Embora a Gerência de Nutrição não ser contrária a alimentos pré-prontos (pelo fato de não haver adição de conservantes ou contaminação pelos enlatados sofrerem processo de fervura, que elimina bactérias, e os desidratados serem embalados em forma de pó, que também impossibilita contaminações dentro do prazo de validade), os alimentos assim apresentados e oferecidos para a alimentação na escola divergem aos princípios que reza o PNAE sobre respeito aos costumes e produção locais, considerando a diversificação e riquezas agrícolas da região.

⁹ Os cardápios são elaborados em forma de tabela diária para que o total protéico, calórico e nutricional supra as necessidades diárias. Cada UEx recebe quatro cardápios que, teoricamente, correspondem às quatro semanas do mês. A partir de 2012, as escolas receberão cinco cardápios para que os meses com mais de quatro semanas sejam preenchidos.

As merendeiras das escolas (tanto municipais quanto estaduais) e entidades são registradas na folha de pagamento do município e contratadas mediante aprovação em concurso público. A partir da contratação são inseridas nas UEx e treinadas pelas próprias merendeiras locais que já estão na ativa, o que perdura vícios e impede, na maioria dos casos, inovações na dinâmica da merenda, como a elaboração dos pratos e apresentação dos alimentos contidos nos cardápios. Os procedimentos pré-estabelecidos pela Gerência de Nutrição e Abastecimento também devem ser expostos pela equipe antiga aos contratados e as adequações deste novo profissional às particularidades da escola vão acontecendo no decorrer do exercício do cargo, até que sejam realizadas reciclagens ou treinamentos das profissionais da merenda. Nos treinamentos e/ou reciclagens destinados às merendeiras, realizados todos os anos, o foco básico é o manuseio dos alimentos e a questão sanitária do armazenamento destes produtos e das instalações da cozinha, ou seja, a higiene em geral. Todas as pessoas envolvidas na merenda e que transitam pelos ambientes onde a merenda é feita e servida, devem fazer uso de calçado fechado, avental, blusa de manga e toca.

Atualmente o município possui 299 merendeiras em exercício e 27 estão afastadas por motivos de saúde, problemas particulares ou licenças prêmio. Nestes treinamentos a rejeição e aceitação dos alimentos pelos beneficiários deveriam estar em pauta e discutidos sob a consideração da participação direta das merendeiras junto aos alunos. Inovações na elaboração da merenda também não são apresentadas, tornando esta dinâmica um círculo vicioso.

A partir de dados obtidos, foi elaborado o Quadro 01 com os principais entraves e eficácias identificados na gestão do PNAE no município de Araraquara SP:

Principais entraves e eficácias identificados

Eficácias

Complemento financeiro de cerca 70% do município para compra de alimentos; atendimento a todas as escolas municipais e extensão às entidades carentes; centralização da merenda escolar das escolas estaduais; redução de custo e de desvios através da compra feita por pregões eletrônicos; diversidade dos cardápios da merenda escolar e respeito as diretrizes do FNDE; centralização dos recursos destinados as compras para a merenda na Coordenadoria de SAN;

aporte calórico e protéico da merenda respeitando as tabelas do FNDE; treinamentos e reciclagens oferecidos às merendeiras anualmente; melhorias nas cozinhas das escolas; nutricionistas e técnicas específicas para o atendimento da merenda escolar; cardápios elaborados com alimentos que fazem parte da cultura alimentar regional; participação efetiva do CAE; exigência de vestimentas apropriadas no manuseio dos alimentos e permanência nas cozinhas.

Entraves institucionais e organizacionais

Morosidade com que os pregões acontecem; apenas cerca de 20% dos alimentos de hortifruti oriundos da agricultura familiar devido a falta de organização e enquadramento destes produtores no sistema institucional; poucas nutricionistas e técnicas ao atendimento da merenda nas escolas e poucas visitas destas profissionais às UEx; falta de informação pedagógica sobre a merenda escolar aos alunos das escolas; reciclagem das merendeiras se limitar ao manuseio e higiene dos alimentos e não a sua elaboração; reduzido número de hortas escolares e o não uso das existentes como fornecedora de alimentos; desrespeito por parte de algumas merendeiras no uso de vestimentas apropriadas nas cozinhas.

Quadro 01 – Entraves e eficácias do programa da merenda escolar de Araraquara

Fonte: ALMEIDA (2010) e Pesquisa de Campo, (2011).

Ainda na dinâmica do PNAE em Araraquara, fatores relacionados aos eixos de Segurança Alimentar podem ser analisados como mostra o Quadro 02.

Eixos de Segurança Alimentar	Entraves	Eficácias
<i>Eixo da Noção de saúde:</i>	Não há.	Há respeito nos cardápios baseados em tabelas informativas fornecida pelo FNDE.
<i>Eixo de Higiene e Seguridade dos alimentos</i>	Não são exigidos pela administração municipal, portanto, não são fiscalizadas pela gerência competente.	Devem respeitar a institucionalidade do PNAE.
<i>Eixo Ecológico ou orgânico</i>	Não há produção suficiente de apenas alimentos orgânicos para a merenda escolar considerando o alto	Consta em cláusula de licitação da merenda a exigência por parte do PNAE municipal a

	custo deste sistema, o que elevaria o valor per capita da alimentação escolar. Também não é especificado qual alimento deverá ser fornecido sob cultivo orgânico.	existência de alguns alimentos orgânicos.
<i>Eixo da Autenticidade:</i>	Não são considerados os produtos cultivados na região, contrariando o sistema de produção e cultura alimentar locais.	É servido suco de laranja fornecido por empresa da cidade.
<i>Eixo da Solidariedade</i>	A falta de execução da Lei 11947/2009 sem que favoreça as famílias dos beneficiários do PNAE. Não utilização dos panifícios da padaria dos pequenos produtores.	20% dos produtos hortifrutí serem provenientes da agricultura familiar.

Quadro 02 – Eixos de SAN – Entraves e eficácias na execução do PNAE em Araraquara SP.

A conduta de compra dos alimentos direcionados à merenda escolar está pautada na praticidade e eficiência ao ofertar produtos aparentemente saudáveis e em quantidade suficientes para suprir as necessidades das UExs. Porém, as diretrizes de sustentabilidade verbalizadas em seus eixos e almejadas por seus cientistas não são respeitadas, sendo até mesmo desconhecidas pelos sujeitos executores do programa.

O PNAE na Escola do Campo Hermínio Pagotto:

Fundada em 1.942, como Grupo Escolar, passou a se chamar Escola do Campo Hermínio Pagotto em 2.002; localiza-se no Assentamento Bela Vista do Chibarro, antiga Usina Tamoio, no município de Araraquara SP. Tem administração municipal e é uma escola modelo, inspirando outras administrações a adotar projetos, métodos e filosofias que promovem tais conquistas.



Figura 03 – Fachada EMEF Prof. Hermínio Pagotto – de campo

A EMEF Professor Hermínio Pagotto tem como sede a construção do grupo escolar que pertencia à antiga Usina Tamoio, perdurando sua arquitetura e seu *lay-out*, embora novas edificações e melhorias tenham sido feitas para melhor atender seus alunos e se adaptar às novas realidades educacionais.

A escola faz parte do projeto Escola do Campo, criado em 2001 para melhorar a qualidade da educação e interromper o êxodo escolar em virtude das longínquas distâncias das famílias às escolas. A escola D, então localizada nesta pequena comunidade há uma distância de 22 km da cidade, tem como sede o edifício da antiga escola da usina restaurado. Embora suas instalações sejam antigas, a escola dispõe de toda infra-estrutura para oferecer aos alunos conhecimento, informações e bem estar. Laboratórios de química, informática, artes, letras, biblioteca estão à disposição dos alunos e professores para que as matérias pertinentes a cada um sejam ministradas com maior eficácia, associando a teoria à prática. Na escola também funciona o EJA (Escola de Jovens e Adultos).

Seus alunos têm perfil interiorano e agricultor, considerando sua localização, embora sua infra-estrutura seja de considerável modernidade. Possui 23 funcionários, sendo 10 na área administrativa e 13 na área educacional. Conta com 123 alunos, sendo 111 no ensino fundamental I e II e os demais pertencem ao Centro Educacional e Recreativo (CER).

Há na escola uma horta onde alunos do 9º ano e os já formados no ensino fundamental, que pertencem à comunidade e concluíram esta etapa na escola, produzem hortaliças, chás e temperos que são vendidos às pessoas da agrovila, aos professores e administradores da escola e também em feiras, mostrada nas Figuras 04. Este tipo de iniciativa incentiva a vida no campo e busca valorizar a atividade agrícola exercida pelos pais destes pequenos agricultores. Porém, esta situação é lamentável considerando o espaço físico destinado à horta ser suficientemente amplo e dar condições ao cultivo

de hortaliças, legumes e vegetais que poderiam suprir necessidades da merenda em determinados períodos.

A horta é também utilizada pelos professores como área de plantio e análises apenas pedagógicas, quando é associado o conteúdo estudado à realidade, em disciplinas como ciências, química e geografia. Esta interatividade promove um maior entendimento dos conteúdos programáticos e formação de conhecimento por parte dos alunos, iniciativa memorável, muito embora não promova conhecimento e valorização propriamente dos produtos cultivados.



Figura 04 – Horta da Escola de Campo

Os professores e direção são bastante comprometidos não apenas com a escola e seus alunos, mas sim, com a comunidade, engajando-se em causas que proporcionem melhoria na qualidade de vida das famílias e inclusão social, onde a dança e a arte são projetos já concretizados e são levados a outros locais e cidades resultando em promoção da comunidade e em melhores perspectivas de futuro aos seus envolvidos.

Com isto, a escola de Campo é considerada escola modelo, com vários títulos e prêmios conquistados como “Selo Escola Solidária” (bianual e conquistado em 2003, 2005, 2007 e 2009) promovido pelo Instituto EMBRAER de Educação e Pesquisa e Prêmio de Gestão Pública e Cidadania da FGV, e demais.

Nas instalações da escola, há ampla área coberta de recreio, um setor novo onde funciona o CER da comunidade e que dispõe de toda a infra-estrutura de atendimento às crianças de faixa etária entre 01 e 05 anos, vasta área verde com árvores nativas e flores e espaço amplo para convivência e circulação, quadra de esportes e um ambiente agradabilíssimo e amistoso entre alunos e professores, fatores que diminuem distância entre educando X educador.

A cozinha da escola foi reformada em 2010. É azulejada e possui geladeiras modernas, coifa de inox, pias com bancada em granito, fogão industrial, freezer e

espaço que proporciona conforto na movimentação da elaboração da merenda bem como claridade e ventilação apropriadas, como mostra a Figura 06, condições que favorecem o bom trabalho e motivação no desempenho da função de merendeiro.



Figura 06 – Cozinha e merendeiro da Escola.

Também há uma sala (despensa) destinada ao armazenamento dos alimentos secos (não perecíveis) e alguns perecíveis sem necessidade de refrigeração, ilustrados na Figura 08, onde são respeitadas as normas da vigilância sanitária sobre o não acondicionamento de produtos de limpeza juntamente dos destinados à alimentação, ficando estes, em área especificamente destinada a eles. Lamentavelmente enlatados e caixas longa vida de extrato de tomate também podem ser visualizados na Figura 07, os quais poderiam ser substituídos por alimentos de produção própria.



Figura 07 – Área de armazenamento de alimentos

A preocupação com as normas básicas de higiene, organização e as condições de trabalho são fundamentais no resultado final de atividades como a merenda escolar. A disposição de equipamentos, área física adequada, alimentos e o ambiente da escola proporcionam prazer na atividade desenvolvida pelos merendeiros (a escola possui um merendeiro e uma merendeira) que, conseqüentemente, transferem este prazer na distribuição de sua arte. O PNAE busca esta harmonia entre a necessidade básica da alimentação e as necessidades básicas de socialização entre os envolvidos na dinâmica da merenda escolar.

Os merendeiros têm suas atividades e funções pré-definidas, embora ajam em harmonia e sincronia. Respeitam os cardápios e os adaptam mediante falta de produtos que compõem os pratos do dia, retornando com os alimentos substituídos em outra data, não interrompendo a dieta nutricional e mantendo a diversidade de alimentos, fundamentos do PNAE. A toca, calçado fechado, blusa de manga e avental são usados diariamente como rege a Coordenadoria de SAN do município; participam de reciclagens anuais e de cursos oferecidos pela prefeitura. O merendeiro, pai de família, transparece emoção ao falar sobre a merenda e a importância que ela tem aos seus consumidores, carinho refletido às crianças no momento da distribuição da merenda, quando se pode perceber o aconchego que as crianças recebem através de um prato de comida. Este tipo de atitude transforma a escola em não apenas um local onde se recebe conhecimento, mas sim, onde se recebe afeto, alimento e principalmente, educação.

Como a escola possui poucos alunos, não há necessidade de mais merendeiras, mas sim, auxiliar para os serviços gerais da cozinha como limpeza da louça, utensílios, ferramentas, fogão por haver um acúmulo de funções nos horários da merenda, distribuídos conforme Quadro 03:

Refeição	Horário	Alimento oferecido
Café da manhã	07:00h.	Pão com manteiga e café
Almoço	10:15h.	Merenda conforme cardápio
Lanche	15:15h.	Merenda conforme cardápio

Quadro 03 – Horários de distribuição da merenda da Escola

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Os beneficiários do PNAE na escola recebem suas refeições em pratos de vidros, o que é mais recomendado pela vigilância sanitária, e suas bebidas em copos plásticos. Tal feito dá-se pela disciplina comportamental dos alunos, considerando a periculosidade à disposição em virtude do material cortante utilizado.

O refeitório é um local fechado, porém claro e agradável. Possui mesas com vasinhos de flores, bancos, ventiladores, música ambiente e uma estante com livros à disposição dos alunos, espaço favorável e exemplar de ambiente destinado ao relacionamento e ao momento da merenda considerando a similaridade de um lar. Também no refeitório há lavatórios, como observado ao fundo da Figura 08, banheiros, painel de recados transformando a área não apenas em local da refeição, mas sim, de troca de informações, socialização e lazer. Neste local também são realizadas reuniões com pais, palestras, apresentações e demais eventos desenvolvidos na escola.

A coordenadora pedagógica participa ativamente da hora da merenda, como fiscalizadora e orientadora, observa os alimentos ingestos eliminados e orienta sobre o desperdício, embora seja de baixíssimo índice, procedimento favorável e de total interação entre alunos X escola. A escola está implantando o sistema *self service*, diferentemente das demais escolas do município. Os alunos se servem dentro de suas necessidades e preferências, o que é, por um lado negativo pela falta de ingestão de alimentos variados, e de outro, positivo por se evitar desperdícios exagerados como no sistema aonde os pratos são servidos pelas próprias merendeiras e entregues prontos aos alunos.



Figura 08 – Área de merenda e demais eventos da Escola – livros à disposição.

Segundo os merendeiros, o prato predileto dos alunos é o macarrão e a salada é a de alface. Pode-se observar a repetição do prato por parte de alguns alunos, que também recebem suco e sache de goiaba ou de mel como sobremesa. A dieta dos beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar na escola de campo é rica em alimentos substanciosos, assim como os cardápios das demais escolas participantes do programa, composta de arroz, feijão, macarrão, legumes e frutas (abobrinha, cenoura, beterraba, batata, tomates, chuchu, bananas, maçãs), verduras (alface e repolho) e temperos. As técnicas em nutrição fazem de 02 a 03 visitas mensais à escola e as nutricionistas anualmente se fazem presentes.

O Quadro 04 foi elaborado a partir de dados coletados na pesquisa em 2011, quando outras escolas também fizeram parte do todo do universo pesquisado. Podem-se observar as anomalias entre as escolas, aonde, de um lado (Escola de Campo), a administração educacional e o patrimônio pertencem ao município, e de outro (Escola Central), o cenário é objeto estadual, porém a merenda é igualmente municipalizada.

Variáveis	Escola de Campo	Escola Urbana¹⁰
Nível sócio-econômico dos alunos	Classe baixa (pobre)	Classe média e baixa
Localização da escola	Zona Rural	Área Central
Instalações da escola	Muito boas	Boas
Ambiente do recreio	Boas	Deixa a desejar
Instalações da cozinha	Muito boas	Precárias
Quantidade de merendeiras	02	02
Instalações do refeitório	Boas	Deixam a desejar
Frequência de visitas das técnicas em nutrição	02-03 mês	01 mês
Frequência de visitas das nutricionistas	01 ano	Nunca apareceu
Cantina	Não possui	Possui

¹⁰ A Escola "Urbana" refere-se à Escola Estadual localizada em região central do município. Também tem sua merenda administrada pela prefeitura municipal devido ao sistema de gestão ser centralizado (quando a administração local assume a responsabilidade da merenda em toda sua dinâmica).

Horta Escolar	Possui	Não possui
Respeito aos cardápios	Respeita	Não respeita
Respeito das merendeiras às vestimentas apropriadas	Respeitam	Não há
Quantidade de refeições servidas dia (média)	198	335
*Percentual de equivalência entre nº de alunos e nº de refeições	108,20%	27,92%

Quadro 04 – Quadro comparativo da Escola de Campo X Escola Urbana.

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Os pedidos dos alimentos destinados à merenda são feitos conforme o padrão estabelecido pela Gerência de Abastecimento do município e a entrega acompanha o ritmo de entrega semanal de produtos perecíveis e mensal dos não perecíveis. Alimentos produzidos pelas famílias do assentamento (como laranja, mandioca, milho e hortaliças) e na horta escolar, poderiam ser utilizados na elaboração da merenda, porém, apenas alguns temperos ou chás são aproveitados. Porém, por questões administrativas organizacionais, contratuais e controle da Gerência de Abastecimento, os pedidos encaminhados pela escola a esta gerência não deixa necessidade, ou autorização, de inserção de alimentos da própria produção para este fim.

Considerando que a escola possui 138 alunos no ensino fundamental I e II e 45 alunos no CER, há alta ingestão da merenda escolar: 198 refeições diárias, totalizando 3.775 mensais, segundo informações da Gerência de Nutrição, média acima dos 100%.

Segundo pesquisa realizada em 2011, 44% das famílias dos alunos da Escola de Campo Hermínio Pagotto afirmam terem alguma dificuldade na compra de alimentos. Possuem renda mensal média em torno de R\$ 940,00, sendo destes, 44% destinados à compra de alimentos, e apresentam 56% de Segurança Alimentar e 44% de Insegurança Alimentar Leve, ainda assim índice alto considerando a localização (rural) das residências dos beneficiários onde as condições de plantio ou existência de horta nos domicílios são favorecidos, situação adversa à maioria das famílias dos beneficiários das escolas localizadas em região urbana.

Apesar da IA registrada, acredita-se que a alimentação diária, em qualquer proporção, seja baseada em alimentos cultivados na terra local favorecendo a ingestão

domiciliar de produtos mais saudáveis, considerando ínfimas mudanças alimentares aos beneficiários. Cerca de 70% dos alunos responderam não ter qualquer alteração nos hábitos alimentares através da merenda e índices de 11% para Aumento de Ingestão de Legumes, 11% no Aumento na Ingestão de Leite e 11% na Diminuição de Ingestão de Doces, corroboram esta afirmação quando se toma por base 88% que responderam se alimentarem da merenda escolar, sendo destes, 56% todos os dias.

No caso específico da Escola de Campo, o objetivo do PNAE quanto à inclusão social tem dupla falha em sua dinâmica no município: a primeira através da Lei 11947/2009 aonde as famílias dos beneficiários deveriam ter a posição de fornecedores de alimentos ao programa por serem assentados e pequenos produtores, principalmente na escola de campo; segundo, no eixo de solidariedade de SA, quando os filhos destes mesmos beneficiários não participam juntamente à gestão do PNAE quanto a responsabilidade social de valores morais e ideológicos.

Considerações finais.

No caso específico de Araraquara, o PNAE tem demonstrado um objetivo incompleto e incompatível com o que rezam as Políticas de Segurança Alimentar. Através da pesquisa realizada na escola de Campo, e demais escolas para possibilitar a análise das diferenças efetivas do PNAE em universos adversos, pode-se ver um programa com finalidade de saciabilidade alimentar, sem a preocupação social, ambiental e de sustentabilidade que vai desde a produção dos alimentos destinados à merenda produzidos de forma política e ecologicamente corretos, sem uso de agrotóxicos ou produtos químicos, respeitando os eixos de Segurança Alimentar (SA) que prezam pelo meio ambiente e pela autenticidade e solidariedade, até a conscientização dos alunos sobre esta responsabilidade, filosofia e objetivos de sua dinâmica através de planos pedagógicos administrados pelas entidades de ensino que assegurem aos beneficiários que o Programa Nacional de Alimentação Escolar é muito maior que um simples prato de comida e que retroalimentem avaliações de políticas públicas de SA na condição de contribuições às suas adaptações e correções.

O Quadro 05 mostra informações coletadas durante a pesquisa em 2011 e busca retratar diferenças quando se universaliza a dinâmica da merenda sem que sejam considerados o local, sua gestão e público beneficiado pela merenda:

Variável	Escola de Campo	Escola Urbana
Nível de (In)Segurança Alimentar	56% SA* 44% IAL**	55% SA 35% IAL 5% IAG*** e 5% RR****
Aceitabilidade da Merenda Escolar	88% se alimentam da merenda escolar	75% afirmam que nunca se alimentam com merenda e 20% esporadicamente.
Mudanças nos hábitos alimentares.	Alguma significância	Pouco significante
Uso de produtos cultivados na horta para a merenda.	Não há	Não há
Efeito da Lei 11947/2009 nas famílias dos beneficiários.	Insignificante (cerca de 20% dos produtos de hortifrutí e não do total dos alimentos destinados à merenda)	Total insignificância
Comprometimento da renda mensal das famílias com alimentação.	R\$ 413,60 (44%) da renda média das famílias	R\$ 708,00 (27%) da renda média das famílias.
Quanto à tranqüilidade promovida às famílias pela alimentação oferecida na escola.	89% sentem-se mais tranqüilos.	60% sentem-se tranqüilos.
Conhecimento dos pais sobre o PNAE	67% conhecem	40% conhecem
Esclarecimentos sobre o PNAE aos alunos	Não há	Não há

Quadro 05 – Dados comparativos entre Escola do Campo X Escola Urbana

*AS: Segurança Alimentar; **IAL: Insegurança Leve; ***IAG: Insegurança Grave
****RR: Recusa responder.

Considerando os níveis de SA as duas escolas se equiparam. A Escola de Campo por ter em sua população filhos de assentados, pequenos produtores ou agregados, mesmo com 44% de sua renda comprometida com alimentação, pode ter maior possibilidade de produzir parte da alimentação como hortifrutí, galinhas, suínos e afins para o próprio sustento diminuindo a ameaça da falta de alimento, realidade diferenciada da Escola Urbana, onde as famílias utilizam cerca de 27% do orçamento na compra de alimentos e, embora uma renda mensal média na casa dos R\$ 2.700,00, outras despesas fazem pulverizar a renda, considerando aluguel, despesas de água, esgoto, vida social e demais gastos que o meio consome, racionando a fatia destinada à compra de alimentos.

Pode-se ainda analisar que os 56% de SA apresentados na Escola de Campo são subsidiados pela alimentação dos beneficiados do PNAE na escola, ao observarmos que 88% dos alunos ingerem os alimentos oferecidos no horário da merenda. Este fator pode ser favorecido pelo período escolar ser matutino e a refeição da manhã servida como almoço, fortalecendo o total da alimentação diária dos alunos e uma tranquilidade alimentar dos pais em relação aos filhos beneficiados pelo PNAE, quantificada em 89%. Na Escola Urbana, a merenda não tem relevância aos alunos que afirmam não gostarem dos alimentos oferecidos, e a presença de cantina influencia na ingestão de alimentos não saudáveis os quais são comprados pelos alunos.

A mudança nos hábitos alimentares, um dos pilares da Segurança Alimentar através da merenda escolar, não é significativa aos alunos da Escola de Campo, quando apenas 11% dos pais dos alunos responderam afirmativamente a esta questão. A cultura familiar, condições financeiras e a facilitação local pela alimentação baseada em verduras, frutas, feijão, arroz e demais alimentos saudáveis são seqüenciados na alimentação na escola. Mesmo os cardápios elaborados pela Gerência de Nutrição sendo semelhantes entre todas as escolas, sem respeito às diferenças sócio-econômicas e cultural, a alimentação dos alunos da escola urbana são mesclados por alimentos prontos ou artificiais, tanto em seus domicílios quanto na escola, considerando a permissão do lanche de casa e a venda de salgadinhos e doces na cantina. Embora 75% dos alunos da Escola Urbana terem respondido “nunca” se alimentarem da merenda, 20% que esporadicamente se alimentam apresentaram mudanças nos hábitos alimentares, como aumento na ingestão de frutas, verduras e legumes e diminuição na ingestão de refrigerantes e de produtos prontos, informação oferecida pelos pais destes alunos.

Acredita-se que medidas educacionais no âmbito escolar e familiar, no qual se incluem os alunos, pais, professores, direção das escolas e demais órgãos relacionados à SA e PNAE, como as Secretarias da Educação e Agricultura e Gerência de Nutrição, poderiam reverter este quadro promovendo uma alimentação mais saudável aos beneficiários e suas famílias, e que estas mobilizações refletissem no comportamento de todos os envolvidos não apenas nas questões alimentares, mas sim, na responsabilidade social que o programa transcende.

A horta na Escola de Campo não tem relevância para a merenda. Sua existência dá-se apenas como ferramenta e cenário pedagógico em aulas de biologia e química, e uso particular para o cultivo de chás e temperos. Na Escola Urbana não há horta escolar.

O espaço disposto à horta da Escola Hermínio Pagotto permitiria cultivo de hortaliças a serem utilizadas na merenda da escola dentro das primícias de política e ecologicamente corretas, sem uso de agrotóxicos e degradação do meio ambiente, agregando valores à merenda e aos alunos que supostamente cultivassem os alimentos sob a condição de aprendizado também na produção do próprio alimento e seqüência e valorização da atividade familiar.

Considerando a questão da inclusão social que o PNAE busca através da Lei 11947/2009, que rege 30% do total dos alimentos destinados à merenda escolar serem oriundos na agricultura familiar ou assentamentos, a disponibilidade insuficiente de produtos cultivados pelas famílias assentadas e falta de organização da classe para o cumprimento de procedimentos burocráticos municipais, as famílias dos alunos da Escola de Campo não participam como fornecedores de alimentos para o programa no município. Os alimentos, desde hortifruti à farinha, provêm de fornecedores ganhadores de licitações através dos pregões, sistema utilizado para a compra dos produtos para a execução do PNAE. Esta realidade pífia poderia ser corrigida com medidas políticas de incentivo aos pequenos produtores locais promovendo divisas internas, considerando que municípios vizinhos adquirem alimentos de produtores araraquarenses para a merenda de seus beneficiários do programa.

Outro exemplo desta falha é a maçã, presente nos cardápios e fornecida por produtores da região Sul do país, descumprindo diretrizes do programa. A maçã aparece na pesquisa como fruta de preferência da maioria das crianças, embora seja acompanhada na diversidade das frutas dos cardápios apenas pela banana. Segundo justificativa da Gerência de Nutrição, além de suas propriedades nutricionais (fibras, Ca, Fe, K, Carboidratos, ácido ascórbico, entre outras), a facilidade de manuseio por parte dos beneficiários é considerada na elaboração dos cardápios e inclusão nas listas licitatórias. Porém, frutas regionais como a manga, que poderiam ser incluída na época de produção, tem componentes nutritivos similares e não são aproveitadas, bem como a mandioca, castanhas e oleaginosas (ex.: macadâmia) não constam nos cardápios. A laranja, riqueza produzida em grande escala na região, aparece em forma de suco sem que seja oferecida diariamente aos alunos, mas sim, duas a três vezes na semana.

O descaso dado às riquezas do contexto do programa da merenda escolar pode ainda ser percebido pelo desconhecimento do assunto por parte dos pais e alunos. Na

Escola de Campo esta informação se faz mais presente pela dupla participação dos pais no cenário: uma como pais dos beneficiários do PNAE e outra como possíveis fornecedores dos alimentos ao programa. Na Escola de Campo o relacionamento entre pais e direção é diferenciado. A escola trabalha questões de inclusão com os alunos através de dança, artes e conhecimentos gerais e inclui as famílias na participação administrativa escolar, com a finalidade de esclarecer os sistemas, metodologia e dinâmicas utilizadas com os alunos, proporcionando interação comunitária. Porém, o conhecimento confirmado pelos pais limita-se à merenda propriamente dita e não ao compromisso social dos eixos de SA, dos estudos relacionados aos 20% mínimos de nutrição diária que a merenda deve proporcionar aos beneficiários com meio período escolar, teores de fibras, carboidratos, repasses financeiros mais custeios municipais, enfim, a complexidade que a dinâmica do programa tem em sua legislação, porém, parcialmente ignorada em sua prática.

O subsídio físico (através das reformas que vêm sendo realizadas e as já concluídas) e o abastecimento de produtos de qualidade e em quantidade suficiente tem sido uma realidade municipal. Porém, leis não cumpridas, como a 11947/2009, que subsidia o eixo social da inclusão bem como produções agropecuárias locais não aproveitadas, como carnes, frutas, cereais descumprem primícias do programa. Verduras, frutas, legumes com aparências apetitosas para cumprimento de contratos camuflam sistemas produtivos que tem a finalidade da plástica, sem escrúpulos de procedimentos ecologicamente corretos que agregam valores sociais e lamentavelmente de custo, contrariando os objetivos da administração e de fornecedores.

A união de setores envolvidos nas Políticas de Segurança Alimentar, mais precisamente no Programa Nacional de Alimentação Escolar, é fundamental para que seus pilares sejam originalmente respeitados: a federação deveria criar incentivos fiscais que estimulasse produtores no cultivo de alimentos produzidos social e ecologicamente corretos, com a finalidade de baratear preços destes alimentos, contrariando a atual realidade, onde este tipo de produção tem alto custo. Sequencialmente, as administrações federal, estaduais e municipais destas políticas deveriam consumir (inserir nos programas) os produtos que participassem destes incentivos e, automaticamente, fossem efetivos na compra de alimentos livre de agrotóxicos, formando uma cadeia na qual as escolas representam seu ponto final.

Medidas urgentes de força tarefa na educação pela conscientização da importância da merenda aos alunos inserida em planos de aula, elaboração de hortas

escolares produtivas e proveitosas, estímulo à criatividade na elaboração de pratos que compõem os cardápios por parte das merendeiras, e, principalmente, união de forças que têm competência e que podem promover mudanças e melhorias no programa, como a Secretaria de Agricultura, através da Coordenadoria de SAN e suas gerências, e Secretaria de Educação deveriam ser tomadas para que a efetividade do programa no município fosse concretizada, realidade não vista na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Integrar Sociedade e Natureza na Luta Contra a Fome no Século XXI. **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 24 (11), 2704-2709, novembro, 2008.

ALMEIDA, L. M. M. C, et AL Redes e Programas de Segurança Alimentar no Município de Araraquara SP como instrumento de Desenvolvimento Rural. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, vol. 17, nº 2, 422-458, out/2009.

ALMEIDA, L. M. M. C; FERRANTE, V. B.; PAULILLO, L. F. **Rede de Segurança Alimentar de forte coesão social a partir do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP**. Organizações Rurais e Agroindustriais (UFLA), v. 12, p. 370-385, 2010;

Avaliação da Eficácia dos Programas de Segurança Alimentar e do Nível de Coesão Social das Redes Formadas: Análise Comparativa entre Municípios Brasileiros de Araraquara-SP e Goiânia-GO. Coordenador; Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida; Financiador (es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro – Edital Universal 2009;

BITTENCOURT, J. M. V. **Políticas Públicas de Reforma Agrária e Segurança Alimentar: Análise Comparativa dos Agricultores Familiares no Território Rural Vale do Rio Vermelho-Go**. 164. Dissertação de mestrado em Política e Gestão de Processos Educacionais. UFPa, Porto Alegre, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). **Lei 11.346 de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 15/09/2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 17-20 março, 2004**. Brasília: Consea, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação: FNDE. Conselho Deliberativo. **Resolução/CD nº 38 de 23/08/2004**. Estabelece critérios para execução do PNAE.

Disponível em: www.fnde.gov.br. Acessado em 26/04/2011.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**, PUC/São Paulo, p. 15-41, 2001.

GOMES, T. P. S.; ALMEIDA, L. M. M. C. **Continuidades e Descontinuidade em Projetos de Segurança Alimentar: um estudo no Município de Araraquara**, 2011.

PAULILLO, L. F., PESSANHA, L. Segurança Alimentar e Políticas Públicas: conexões, implicações e regionalização. **Reestruturação Agroindustrial: Políticas**

Públicas e Segurança Alimentar Regional. EDIFSCAR, São Carlos, SP, p. 17-55, 2009.

PAULILLO, L. F., **Entraves para políticas de segurança alimentar: uma análise comparativa da eficácia e aplicabilidade dos programas e redes de inclusão criadas em municípios paulistas.** Relatório de Projeto apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, bolsa produtividade em pesquisa. São Carlos, 2010.

Prefeitura Municipal de Araraquara SP – Secretaria da Educação: **Projeto Político Pedagógico da EMEF do Campo Prof. Hermínio Pagotto** – 2009/2011.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos.** Salvador BA: UFBA, 1997. Pag.01-18. Disponível em: <http://www2.ufba.br/~paulopen/AnalisedePoliticPublicas.doc>. Acessado em 20/04/2011.

SA, N. G. **Nutrição e Dietética.** 3 ed. São Paulo: Nobel, 1981.

SANTOS, L. L. **Políticas Públicas de Reforma Agrária e Segurança Alimentar: Análise Comparativa dos Agricultores Familiares no Território Rural Vale do Rio Vermelho-Go.** 123. Dissertação de mestrado em Agronegócios. EAEA/UFG, Goiânia, 2011.

STOLARSKI, M. C. **Caminhos da Alimentação Escolar no Brasil: Análise de uma Política Pública no Período de 2003-2004.** 160. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico com ênfase em Políticas Públicas. UFPR, Curitiba, 2005.

STOLARSKI, M. C., CASTRO, Demian. **Caminhos da Alimentação Escolar no Brasil: análise de uma política pública no período de 2003-2004.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba 113, p. 31-58 jul/dez 2007.